

Cartografias da luta armada: a guerrilha como máquina de guerra¹

Cartographies of armed struggle: guerrilla as war machine

Domenico Uhng Hur

Universidade Federal de Goiás

RESUMO:

O objetivo deste artigo é discutir o funcionamento da guerrilha a partir do conceito de máquina de guerra de Deleuze e Guattari. Introduzimos esta figura conceitual por considerá-la contributiva para pensar o funcionamento dos movimentos de resistência frente à lógica instituída de Estado. Para empreender tal reflexão seguimos o método cartográfico e realizamos uma revisão bibliográfica sobre a literatura produzida relacionada à guerrilha armada no Brasil. Compreendemos que a guerrilha foi o dispositivo que materializou o imaginário da transformação social em um período de extrema opressão, operando em uma luta contra a ditadura militar numa prática de transgressão do instituído. Pensar a guerrilha como máquina de guerra é trazer tanto seus aspectos instituintes e de desterritorialização, como os processos de captura e seu potencial de abolição, que pode chegar a traçar as linhas de uma máquina de guerra suicida.

Palavras-chave: Esquizoanálise; ditadura militar; Psicologia Política.

ABSTRACT:

The aim of this article is to discuss the functioning of guerrilla with the concept of war machine of Deleuze and Guattari. It is considered that this concept contributes to think the operation of the resistance movements against the instituted logic of State. We follow the cartographical method and we carry out a bibliographical review on the literature related to the armed guerrilla in Brazil. We understand the guerrilla as the device that materialized the imaginary of social transformation in period of extreme oppression, fighting against the military dictatorship with a practice of transgression of the instituted. To apprehend the guerrilla as war machine is to bring its instituting and of deterritorialization aspects, like also the processes of capture and its potential of abolition, which can trace the lines of a suicidal war machine.

Key-words: Schizoanalysis; military dictatorship; Political Psychology.

Entre 1964 e 1985 o país viveu sua última ditadura militar. Segmentos militares e da elite civil operaram um Golpe de Estado em 1964 para depor o presidente eleito João Goulart com a justificativa de barrar o crescimento dos grupos da esquerda política e uma suposta tomada de poder do Estado pelos mesmos. Os militares utilizaram o aparelho de captura estatal para operar uma intensa perseguição aos seus inimigos políticos, aos movimentos sociais, à “esquerda militar” e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), decretando a prisão de milhares de pessoas – faz-se especialmente

importante lembrar do militante Carlos Marighella, violentamente preso e baleado próximo ao coração. O sindicalismo político também foi coibido; o Estado reprimiu qualquer tipo de organização de trabalhadores questionadora, realizando uma série de intervenções em sindicatos. No espetáculo e excessos da repressão, uma transmissão televisiva mostrou a sede da União Nacional de Estudantes (UNE) sendo destruída e queimada. Através do dispositivo dos Atos Institucionais (AIs), foi instaurado um regime de exceção, na medida em que direitos políticos foram cassados, o poder legislativo foi esvaziado, o poder executivo foi fortalecido, os partidos políticos foram proibidos (instaurou-se o bipartidarismo) e houve intensa perseguição aos opositores com prisões, torturas e assassinatos.

As organizações consideradas “de esquerda²” foram postas na clandestinidade e muitos militantes foram presos ou procurados³. A elas restou o movimento de avaliar a derrota no Golpe de 1964 e repensar suas estratégias. O PCB culpou a adesão aos populistas; já os grupos da esquerda, inclusive dentro do Partido, culpavam a estratégia da via pacífica adotada pelo PCB como imobilista e desastrosa. O Partido foi tomado como o principal bode expiatório pela ausência de resistência organizada e pela derrota, o que impulsionou os coletivos a repensarem e questionarem as estratégias políticas assumidas. Dessa forma, surgiu uma série de cisões dentro das organizações de esquerda existentes que clamaram por novas formas de lutas – inclusive, a luta armada contra a ditadura militar. Da Política Operária (POLOP), um segmento decidiu juntar-se a alguns militares cassados e operários de Osasco, formando a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). No PCB emergiram várias dissidências ao longo do país, muitas das quais enveredaram para a luta armada – entre elas o Agrupamento Comunista, que posteriormente deu origem a duas organizações de guerrilha armada, a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Portanto, a partir da metade da década de 1960 emergiram diversas organizações guerrilheiras, desde aquelas que tinham uma postura nacionalista, como as que eram explicitamente marxista-leninistas e até mesmo maoístas (GORENDER, 1998; MIR, 1994).

O objetivo deste artigo é desenvolver uma reflexão acerca do funcionamento do que chamaremos aqui de *instituição-guerrilha* a partir do conceito de máquina de guerra de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997). Pretende-se introduzir esta figura conceitual, que segue funcionamento distinto daquele do aparelho de captura de Estado e da axiomática do capital, ao considerá-la contributiva para pensar o funcionamento dos

movimentos de resistência e criação frente à lógica instituída de então. Consideramos a guerrilha como uma instituição, pois “as instituições são lógicas, são árvores de composições lógicas, que segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser leis, podem ser normas e, quando não estão enunciadas de maneira manifesta, podem ser hábitos ou regularidades de comportamentos” (BAREMBLITT, 2002: 25). Dessa definição entendemos que as instituições são estruturas de significações lógicas que objetivam dar sentido e ordenação à experiência coletiva e partilhada, podendo ter distintos graus de formalização, desde a estratificação e a rigidez de uma lei à esfera quase imperceptível de um hábito. São base e suporte fundamentais para os sujeitos e seus processos psicossociais. Ao considerar que as instituições são criações coletivas com historicidade, compreendemos todas como instituições sociais-históricas. Portanto, compreendemos que a guerrilha e o partido são instituições políticas com normas, estrutura, funcionamento e táticas distintos, seja em alguns casos mais maleáveis, ou mais rígidos.

Para empreender tal reflexão, seguiremos o método cartográfico (PASSOS, KASTRUP & ESCOSSIA, 2009), na tentativa de acompanhar alguns traços do agenciamento da instituição-guerrilha. Conforme Rolnik, a cartografia é um “desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem” (1989: 15), ou seja, buscaremos mapear linhas comuns e divergentes desse tipo de organização política a partir de conceitos dos já mencionados filósofo Gilles Deleuze e esquizoanalista Félix Guattari. Traçaremos linhas, coordenadas e articulações, pretendendo investigar suas configurações e problematizar sua constituição. Para tanto realizamos uma revisão bibliográfica em livros, artigos e (auto)biografias que retratam as lutas da guerrilha armada no Brasil (HUR, 2009). Para este artigo fizemos um recorte das obras citadas, selecionando alguns casos emblemáticos para pensar a instituição-guerrilha enquanto máquina de guerra. Citaremos também alguns acontecimentos da luta armada na América Latina e em outras partes do mundo.

Consideramos que mais do que a consolidação de apenas um diagrama da instituição-guerrilha, em que consistiria de uma identidade única, defrontamo-nos com uma ramificação, multiplicação, proliferação de práticas e posicionamentos que talvez constitua um campo mais marcado pela heterogeneidade e pela diferença do que pela identidade.

A máquina de guerra sob a ótica da Esquizoanálise

Neste tópico visamos apresentar a formulação de Deleuze e Guattari (1997) sobre a máquina de guerra. Esta tem uma genealogia exterior e diversa ao Estado, o qual é formado por dois pólos de captura: o do déspota-imperador-tirano e o do legislador, como um governo de duas cabeças. No entanto, há um terceiro elemento que foge, segue outra lógica e não está sobrecodificado: o guerreiro, uma figura exterior ao Estado, portador de uma exterioridade radical, que atualiza o conceito de máquina de guerra. Essa figura, por ser estranha e constituir uma ameaça, pode contribuir à consolidação do Estado, ao fomentar uma aliança mais íntima entre legislador e déspota, pois é algo a ser combatido, é visto como um inimigo, um estrangeiro, um bárbaro. Por ter funcionamento distinto e assumir outro lugar, a máquina de guerra não é um micro-Estado, e sim outra maquinação que funciona a partir de outra lógica, sendo formada por outras linhas, mais maleáveis, fluidas, embora podendo tornar-se também rígidas. A máquina de guerra faz movimentos de escape em relação ao aparelho de captura, que são expressos em diversos âmbitos, como, por exemplo, na mitologia (DUMÉZIL, 1971), nos jogos, na epistemologia, na noologia (ciência do pensamento) e na etnologia (CLASTRES, 1988).

Na mitologia, os deuses relacionados aos guerreiros, às máquinas de guerra, são totalmente distintos dos deuses ligados ao Estado. Indra, deus dos guerreiros, distingue-se dos deuses déspotas, Mitra e Varuna, pois possui uma autonomia frente à legislação desses dois deuses. A autonomia dos guerreiros frente ao soberano é condição que enuncia liberdade, mas também perigos. “La autonomía de que se enorgullecen los guerreros, que los poetas reconocen enfáticamente a los dioses combatientes cuando los invocan, está preñada de tentaciones para quien la posee, es inquietante asimismo para el orden social o para el orden cósmico” (DUMÉZIL, 1971: 84). Dessa forma, tal autonomia constitui “pecados” de uma série de deuses guerreiros em distintas mitologias por transgredirem as leis instituídas: Indra na mitologia hindu, Heracles na grega e Starkadr na escandinava. Devido a tais pecados os deuses guerreiros foram punidos pelos deuses imperadores. O guerreiro, tal como o nômade, passa a transitar num terreno mais fluido, cercado por indeterminações e incertezas; assim, tem que estar pronto a qualquer momento para as surpresas, batalhas, traições e, sobretudo, viver na lógica da força direta, muitas vezes entrando em combates inesperados. “Las revueltas de los generales y los golpes de Estado militares, las matanzas y los saqueos de la soldadesca y de sus jefes son cosas más viejas que la historia. Y he aquí por qué Indra,

como bien dice Sten Rodhe, es ‘the sinner among the gods’” (DUMÉZIL, 1971: 131). “Y sobre todo el guerrero, por el hecho de colocarse al margen o por encima del código, se arroga el derecho de salvar, el derecho de quebrar entre otros mecanismos normales el de la justicia rigorosa, en una palabra, el derecho de introducir en el determinismo de las relaciones humanas el milagro que es la humanidad” (DUMÉZIL, 1971: 132).

Nos jogos, o xadrez pode ser considerado como um jogo de Estado, pois nele há movimentos estratificados, um espaço estriado-sedimentado-cristalizado, em que as peças já têm seus movimentos pressupostos, traçam suas movimentações de formas fixas e se remetem à hierarquia estatal, submetidos ao Rei e à Rainha. Diferentemente do Go, que tem a exterioridade frente ao Estado, por ser um jogo que se funda num grande espaço liso, um grande emaranhado de 19 por 19 casas, peças pretas e brancas, no qual há uma extrema maleabilidade e variabilidade de jogadas, frente à dureza e à reprodução de jogadas do xadrez. Há uma grande flexibilidade do Go frente ao espaço estriado, hierarquizado e burocratizado do xadrez (DELEUZE & GUATTARI, 1997).

Na epistemologia, Deleuze e Guattari (1997) estipulam as ciências menores como possíveis máquinas de guerra. Ciências menores são saberes locais, exteriores à ciência régia do Estado. Além de saberes locais, compreendem o que chamam de literaturas menores, como por exemplo, a obra de Kafka (DELEUZE & GUATTARI, 1977). Menor não no sentido do que tem menos valor, ou de ser “pior”, mas sim no sentido de saberes e estilos ligados a singularidades de minorias, de devires e de processos que ocupam as bordas, as margens e as fronteiras. A ciência régia de Estado é a ciência teorematizada, a que cria teoremas, padrões e normalizações que dão referências e respostas ao agir e fazer. Já a ciência da máquina de guerra é a ciência problemática, que tem o intuito de problematizar questões, novas demandas e acontecimentos, ao invés de ter respostas e padrões fixos como uma receita para tudo. No campo da política pode-se dizer que essa problematização refere-se ao mais puro de uma experimentação, de um desafio. Assim, distingue-se aqui uma ciência problemática de uma ciência teorematizada.

Na noologia, a ciência do pensamento, resgata-se a crítica efetuada por Deleuze (2006), em “Diferença e Repetição”, à estratificação de uma imagem de pensamento, que é a forma de pensamento do senso comum, que molda os processos do pensar e constitui e é constituído por uma *doxa*. “A imagem do pensamento é apenas a figura sob a qual universaliza-se a *doxa*, elevando-a a nível racional. Mas, permanece-se prisioneira da *doxa* (...)” (DELEUZE, 2006: 196). Consideramos que tal imagem de

pensamento está modulada pela sobrecodificação do Estado e pela axiomática do Capital (DELEUZE & GUATTARI, 1976). A forma de pensamento do Estado é a da hierarquia, da estrutura, da árvore, da família, da propriedade, uma forma pressuposta que é um modo de pensar e agir reforçada e modulada pelas instituições sociais, seja a escola, o trabalho, a família etc. A hierarquia é uma imagem de pensamento tomada como algo natural, assim como a suposta necessidade de existência de um chefe, de um líder, ou mesmo de um Estado. Tais existências tornam-se naturais ao sujeito, tomadas como pressupostas, sem o exercício de uma suspeição. Entretanto, Deleuze (2006) defende que o pensar não tem forma, é um fluxo, e para isso cita o artista Antonin Artaud, que exclama que o pensar é caótico, é o desmoronamento, é o desarranjo, como se para pensar tivéssemos que desarranjar o que está formado; o pensar sem imagem. A ideia de fluxo é expressiva desse exercício de desarranjo, seja o fluxo financeiro, o da água, os orgânicos, fluxos que passam, que se movimentam e que carecem de princípio de estruturação interna. O pensamento seria, assim, muito mais um desmoronamento, um desarranjo, uma propagação de fluxos, do que imagens já instituídas e formadas. Contudo, a exterioridade do pensamento está capturada pelo aparelho de Estado, sendo o Estado “parte do firmamento fixo do caráter do ser” (HOLLOWAY, 2003: 140).

Na etnologia, pode-se discutir esta questão a partir das reflexões de Pierre Clastres (1988) sobre sociedades contra o Estado. O antropólogo defende que as tribos indígenas que investigou, muitas na América e algumas nômades, não só não haviam constituído para si um Estado, não apenas eram sociedades sem Estado, como eram sociedades contra o Estado. Portanto, o fato de que estas sociedades não tinham Estado não era por uma condição de “primitividade”, mas sim porque negavam, recusavam e conjuravam uma organização política na forma-Estado; rejeitavam tal maquinaria social. Compreendemos que para esse movimento de negação, de rechaço, para uma sociedade se organizar contra o Estado, deve haver uma elaboração de refinados mecanismos de controle social para evitar a organização de tal estrutura social. Já havia uma antecipação da existência de uma forma-Estado, que essas tribos negaram. Entendemos que o Estado não é um *sine qua non* para as formações sociais, considerando a existência de uma máquina de guerra tribal contra sua estruturação.

Portanto, a máquina de guerra tem uma independência em relação à captura, à conservação e à sobrecodificação do aparelho de Estado, estando mais ligada à conformação de algo mutante, que no seu prosseguir se transforma e se metamorfoseia. Porta o movimento e deslocamento como traços emblemáticos, ao invés da fixação e

gravitação do Estado, que tende à precipitação, cristalização e estratificação dos processos. A máquina de guerra responde mais a uma lógica do devir do que a uma lógica do ser. Ao invés de uma árvore, uma família, ou um sujeito sedentário, pode-se figurar a máquina de guerra como um rizoma, um bando, uma malta, um sujeito nômade, algo que fica à margem do Estado, exterior e à deriva de suas fronteiras, num maior processo de desterritorialização do que de fixação.

Guerrilha: a máquina de guerra contra o Estado

A instituição-guerrilha constituiu-se a partir de linhas autônomas ao Estado, organizando-se fora da instituição-partido. Não almejou disputar a luta por uma via institucional e sim combater o Estado através da guerra irregular, em que se buscou desterritorializar a lógica rígida do aparelho de captura, com o fim de afirmar outro *nomos*, conjunto de leis, que fosse além das linhas estratificadas: trouxe à tona um processo instituinte. Seja na experiência exitosa do Movimento Revolucionário 26 de julho (MR-26) na Revolução cubana em 1959, seja na constituição da Ação Libertadora Nacional (ALN), o que se sucedeu foram organizações que se estruturaram fora dos partidos comunistas e que trouxeram outra lógica de atuação política, instituinte, frente à burocratização e ao sedentarismo instituídos desse espaço.

Ao adotar o embate político via luta armada, constata-se a constituição de distintas estratégias e formas expressivas em relação à via institucional; há uma ruptura, uma descontinuidade em suas formas organizativas e estratégicas de lutas. A prática política pela via institucional se dá na instituição-partido, enquanto a prática política via luta armada estabelece-se na instituição-guerrilha, ou seja, cada um desses dois agenciamentos porta estratégias de luta diferentes e atualiza distintas relações de força. Abaixo realizaremos distinções gerais entre as instituições *guerrilha* e *partido*; advertimos que apreendemos as características gerais através da polarização dos fenômenos, dos extremos que diferenciam a instituição-guerrilha da instituição-partido, para tornar mais clara as diferenças entre as duas instituições. Vale ressaltar que dentre as inúmeras organizações guerrilheiras no Brasil houve muitas que adotaram características mistas entre partido e guerrilha.

A guerrilha instaurou um plano de atuação direta com menos mediações que o partido, enquanto este se refere a uma estrutura transcendental, em que suas ações são mediadas pela sua burocracia e hierarquia interna. Por exemplo, na ALN havia palavras de ordem como “A ação faz a vanguarda” e “Não precisamos pedir licença para praticar

atos revolucionários” (LIMA, 2007: 35), denotando que as ações revolucionárias prescindiam da discussão e legitimavam-se por si só; enquanto que no partido, as deliberações devem ser tomadas em assembléias ou em reuniões da direção executiva. A guerrilha, tal como a lógica do guerreiro, operou por alianças horizontais e fundamentou-se na ação, no conflito, enquanto o partido procede por um funcionamento verticalizado, fundamentando-se no discurso, no debate de posições, negociações e decisões nos espaços soberanos; ou seja, na guerrilha a ação faz a revolução, quando no partido deve haver discussão e deliberação antes da ação política. Citamos uma fala de Marighella, comandante da ALN, de crítica à lógica da política instituída:

Este é o núcleo central, não de burocratas e oportunistas escondidos na estrutura organizacional, não de conferenciantes vazios, de escritores de resoluções que permanecem no papel, senão de homens que lutam. Os homens que desde o princípio têm a determinação e têm estado prontos para qualquer coisa, que pessoalmente participam nas ações revolucionárias, que não têm dúvidas e nem enganam (MARIGHELLA, 1969: 59).

A prática da guerrilha fundou-se em colunas móveis, elásticas, num deslocamento nômade, enquanto o partido tem uma estrutura fixa, com um aparelho e uma direção sedentarizados. O foquismo castro-guevarista foi a estratégia que ocupou lugar de referência para a instituição-guerrilha (GORENDER, 1998), pois foi uma alternativa instituinte frente às práticas instituídas do PCB, um dispositivo de luta que teve êxito e que foi atualizado no Brasil na luta contra os militares, tornando-se assim um dos principais referenciais para a luta armada brasileira. Tal método consistia em criar focos dispersos de luta guerrilheira, com um limitado número de componentes e que assumia um caráter móvel e de deslocamento, de caráter nômade. O foco devia se organizar como uma Coluna Guerrilheira em deslocamento, sendo base do futuro Exército Guerrilheiro. Quando mais organizado, poderia adquirir as características de um Exército Regular, que poderia combater e vencer o Exército do Estado (GUEVARA, 1960; DEBRAY, 1967). Ou seja, o projeto era de que os focos guerrilheiros gerassem tal agitação para que se multiplicassem em outros focos, obtendo assim apoio da população, até que se pudesse constituir um grande Exército que tivesse uma composição de forças superior às Forças Armadas oficiais do Estado. O projeto foquista adotava um funcionamento convergente ao que Guattari (1987) denomina *revolução molecular*, em que há agitações moleculares localizadas, que podem fomentar agitações em outras moléculas, e que se porventura for tamanha, podem compor-se e até alterar as estruturas molares. A noção de Revolução Molecular é a de uma máquina abstrata que

se refere a transformações em inúmeros âmbitos e que pode ser aproximada à concepção inicial do foquismo, mas que não é a mesma coisa. O foquismo já tinha um caminho bem dirigido, sendo os focos guerrilheiros a etapa primária para a constituição do Exército Guerrilheiro que levaria à transformação popular, ou seja, as agitações moleculares já estão dirigidas a uma transformação molar, nesse caso a Revolução, a tomada do poder do Estado.

As colunas guerrilheiras tinham que apresentar uma grande plasticidade, mostrar respostas criativas frente às adversidades. O guerrilheiro também devia apresentar essa mesma flexibilidade para adaptar-se a distintas circunstâncias e converter em favoráveis todos os acidentes da ação. “Frente à rigidez dos métodos clássicos de guerrear, o guerrilheiro inventa sua própria tática em cada momento da luta e surpreende constantemente ao inimigo. Em primeiro lugar, somente há posições elásticas (...)” (GUEVARA, 1960: 10). Dessa forma, compreende-se a ação instituinte e de variação contínua da guerrilha. Marighella defende um movimento ainda mais difuso, nômade, anárquico e não verticalizado. Em seu manual não cita a constituição de um exército revolucionário, ou seja, não submete a instituição-guerrilha à organização da instituição-exército, não totalizando assim as células guerrilheiras em uma única instituição hierarquizada, mantendo desta maneira uma frente plural de agrupamentos armados. De certa forma institucionalizava o modelo foquista “nômade” como a forma de atuação da guerrilha urbana e não como forma intermediária: “As guerrilhas urbanas, pelo contrário, não são um exército senão um pequeno grupo armado, fragmentado intencionalmente. Não possuem veículos nem bases fixas. Suas linhas de fornecimentos são precárias e insuficientes, e não têm bases estabelecidas exceto no sentido rudimentar de uma fábrica de armas com uma casa” (MARIGHELLA, 1969: 15).

A guerrilha preocupava-se em fazer a aliança direta com a população, necessitando do seu apoio, enquanto o partido está preocupado apenas em estender sua influência sobre as “massas⁴”, mantendo uma relação por delegação e representação. A guerrilha constantemente tinha que reinventar suas ações, estando ligada à experimentação, aos acontecimentos, ao indecível e à indeterminação, enquanto o partido já tem fixos seus papéis de condutas e se atém à reprodução de suas funções. A instituição-guerrilha tinha suas “eleições” todos os dias, em que qualquer ação era questão de vida e morte, enquanto a instituição-partido se depara com eleições programadas e datas fixas. Além das linhas rígidas, a guerrilha estava agenciada por linhas flexíveis e linhas de fuga, enquanto os partidos se estruturam basicamente em

linhas de segmentaridade rígida, o que estratifica sua estrutura, suas condutas e relações de força. A guerrilha se ocupava com os confins da natureza, a serra, a selva, as estepes, escondia-se no espaço urbano, na clandestinidade, enquanto o partido ocupa o espaço público da cidade, do palanque, do plenário. A guerrilha conformava-se mais como um fluxo do que um estrato, mais numa lógica dinâmica do que estática, mais numa lógica do devir do que do ser. Indra, o Deus Guerreiro, e não Mitra e Varuna, o rei e o legislador.

Consideramos que quando os movimentos de esquerda decidem seguir a via institucional, quando se organizam na forma da instituição-partido e lançam-se na disputa eleitoral, são incorporados à lógica das linhas de segmentaridade rígida do Estado (PRZEWORSKI, 1991), sofrendo uma captura em seu funcionamento e tendo que seguir um caminho já estriado (DELEUZE & GUATTARI, 1997). O partido então reproduz e atualiza a própria lógica de Estado, compartilhando da mesma burocracia, que pode aproximar “terrivelmente” a esquerda da direita política com todos os fenômenos de oligarquização das minorias dirigentes, já bem descritos por Michels (1982). Dessa forma, ao compartilhar muitas linhas comuns, entende-se que os partidos possam configurar-se como mini-Estados, como partes do Estado, reproduzindo a mesma lógica da Instituição maior. É devido a tal fato que não nos surpreendemos com o rechaço dos partidos comunistas às experiências de luta armada, seja a reprovação no Brasil do PCB às organizações guerrilheiras revolucionárias ou o abandono do Partido Comunista Boliviano à empreitada guerrilheira de Che Guevara na selva de Ñancahuazú (Bolívia); o rechaço é feito a esse “corpo estranho”, a esse tipo de luta que não é legalizada, que é estranha às práticas habituais e ao Estado e pode gerar mudanças que podem desagradar até mesmo um partido de esquerda. Portanto, entende-se o atrelamento do PCB à burguesia nacional no início da década de 1960, travestida de populista, da mesma forma que as atuais alianças no cenário político brasileiro, entre Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), na situação, e Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e Democratas (DEM) na oposição. Tais ligações atualizam a mesma razão de Estado de disputa e desejo pelo poder, mesmo que sejam alianças entre partidos ideologicamente de esquerda (PT) e centro-esquerda (PSDB) com partidos ideologicamente de centro-direita (PMDB) e direita (DEM).

O partido também pode atualizar a lógica soberana do Estado, como por exemplo, o “justiçamento” de Elza Fernandes pelo PCB. Após a derrota da insurreição

armada comunista de 1935, conhecida pejorativamente como “Intentona Comunista”, organizou-se um tribunal paralelo à justiça do Estado para decidir sobre a vida ou a morte da pequena Elza, considerada como a delatora dos planos do PCB, tomando-a como bode-expiatório do processo (GORENDER, 1998). O PCB reproduziu a prática do Estado totalitário soviético, estava conformado por linhas semelhantes; de forma similar, mas em menores proporções, à ação soberana de decidir por fuzilar supostos traidores na URSS, o secretário-geral L. C. Prestes mandou assassinar Elza Fernandes. O Partido estruturou-se tal como um Estado totalitário e pôde atualizar a violência contida nessa formação social.

As organizações de guerrilha também podem capturar-se, atrelar-se, por essa lógica de Partido totalitário, reproduzindo assim traços de soberania do Estado autoritário, tornando-se assim uma mescla entre máquina de guerra e aparelho de captura, entre instituição-guerrilha e instituição-partido. A instituição-guerrilha não é o negativo do Estado e do Partido, não é uma imagem invertida, mas pode se configurar como um simulacro delas, em que pode reproduzir ações e práticas similares, ou seja, às vezes mais afirmação da mesma lógica instituída e de organização, do que afirmação de práticas instituintes. Então em muitos casos pode haver um movimento das linhas “nômades” da instituição-guerrilha se fixarem às linhas “sedentarizadas” da instituição-partido, tal como o movimento de transição de alguns ex-guerrilheiros quando passaram a compor a instituição-partido após o momento da redemocratização do Brasil. Em muitos casos a guerrilha atualizou a burocracia partidária, numa divisão rígida dos lugares de poder, no pensamento de uma vanguarda revolucionária soberana, em que conduziria as massas à revolução, e reproduziu a existência e a violência transcendental do Estado, organizando tribunais e julgando a vida e a morte de companheiros, chegando em alguns casos a executá-los. Podemos citar que no Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR, Chile) houve um processo noo-político (LAZZARATO, 2006) de “captura do pensamento”, em que seus militantes não conseguiam criticar as práticas vigentes dentro da organização (BASTÍAS, 1995), pois a ideologia propagada era a imagem de pensamento transmitida pela direção do MIR aos seus militantes. Em relação à prática soberana das execuções internas, citamos a ALN, em que houve três casos de “justiçamento” de seus integrantes (GORENDER, 1998; PEDROSO JR., 2003), provavelmente devido a um sentimento persecutório em relação aos próprios membros, assassinando os suspeitos de traição. Uma dissidência das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), Frente Ricardo Franco, efetuou o mesmo com

suspeitos de futuras dissidências, assassinou friamente cerca de duzentos companheiros da mesma organização (PÉCAUT, 2010). Nesses casos as organizações assumiam o poder de decidir sobre a vida e a morte de seus próprios militantes, atualizando a lógica soberana de Estado autoritário.

Consideramos que a reprodução de uma lógica do aparelho de Estado dentro dos movimentos guerrilheiros é muito fácil de ocorrer, quando o desejo deixa de ser revolucionário e se fixa nos estratos, quando há a inversão do poder do desejo para o desejo de poder, ou quando há um grande sentimento de persecutoriedade, segundo o qual se fixa rigidamente à instituição como tentativa de proteção e obtenção de poder. Tal conduta refere-se ao que Deleuze e Guattari (1976) denominam *investimento desejante no pólo paranóico*, que se caracteriza por uma estereotipia dos processos psicossociais e um anseio pela fixação e manutenção do poder, expressando uma espécie de investimento autocrático.

Viagens das máquinas de guerra nômades

Neste tópico, citamos brevemente um exemplo de uma máquina de guerra nômade que não se deixou capturar pela lógica de funcionamento de Estado; a trajetória do Comandante Che Guevara. Antes de sua militância política foi um argentino que viajou pela América Latina e que entrou num regime de afecções pelas contradições sociais existentes, pelo sofrimento do povo latinoamericano, explorado por gerações, chegando inclusive a trabalhar numa colônia de leprosos; aquilo que na superfície era radicalmente alteridade. Após retornar à Argentina e concluir seus estudos de Medicina, deslocou-se pela Guatemala, México e compôs o ataque “suicida” de Granma, sendo parte do grupo de Fidel Castro contra as tropas do ditador Fulgencio Batista. Lutou por anos pela Revolução de uma nação que a princípio não era a sua, e com sua vitória, tratou de exportar esse modelo revolucionário a outros países do planeta. Che Guevara pretendia levar a revolução à América Latina, fomentado uma revolução continental e almejando multiplicar experiências similares às que ocorreram no Vietnã, onde houve a guerrilha vietnamita vitoriosa contra o imperialismo norteamericano. A partir desse fato enunciou a famosa frase: “Criar dois, três... muitos Vietnam!” O guerrilheiro surpreende pelo desprendimento e coragem em ter abandonado uma posição confortável de elite que ocupava na estrutura estatal cubana, para voltar à luta direta em condições precárias da guerrilha na selva. Não se acomodou com os altos cargos que ocupou em Cuba e decidiu deixar as regalias de alto dirigente de uma nação para fomentar o processo

revolucionário em outros recantos do mundo (CASTAÑEDA, 2006). Seguramente sua atuação contradiz a tese de Michels (1982) no que se refere ao fenômeno de aburguesamento das minorias dirigentes. Che Guevara, alguns anos após a revolução cubana, deixou o Estado e singrou por localidades estranhas:

Sus andanzas por Tanzânia y el Congo dirigiendo la lucha de un pueblo ‘con otro idioma en una tierra desconocida’ (como él mismo lo describió en sus notas sobre la guerra revolucionaria en el Congo) ponen de relieve lo absurdo de la situación: un médico argentino blanco tratando de convencer a los rebeldes en Kisoma que atravesaran el Lago Tanganica para acudir a una reunión, empresa que aterrorizaba a los supuestos adeptos del héroe de Santa Clara (PAGONI, 1992 apud CASTAÑEDA, 1995: 96).

Depois desse percurso nômade na África, Guevara voltou para Cuba, ficou um curto período ali (CASTAÑEDA, 2006) e decidiu instalar um foco guerrilheiro em outro povo que não era o seu por nação, mas sim por ser América Latina, um povo que é uma das maiores vítimas da exploração ibérica latinoamericana: o povo boliviano. Organizou ali um foco guerrilheiro, devido à negociação firmada com o secretário geral do Partido Comunista - PC Boliviano, Mario Monje, quando este visitou Havana em 1966. Contudo, quando Guevara chegou à Bolívia para organizar o foco guerrilheiro, percebeu que não tinha apoio do PC e de Monje, o qual exigiu a direção político-militar da guerrilha (DEBRAY, 1974), sem ter nenhuma experiência de combate (PEREYRA, 1997: 136). Dessa forma, abandonado pelo PC boliviano e sem conseguir apoio de outros movimentos sociais do país, seu foco guerrilheiro ficou isolado das redes sociais e em um pouco mais de um ano foi desmantelado pelas forças armadas do país; em seguida, Che foi capturado e fuzilado. Tal acontecimento pode ser associado às limitações do modelo foquista-guevarista, ao abandono do PC boliviano, à falta de aliança com outros segmentos sociais e ao aumento da repressão do Estado. O exemplo da “traição” do PC Boliviano à guerrilha de Che Guevara nos mostra como o convívio entre essas duas formas expressivas de luta – a instituição-partido e a instituição-guerrilha – não era natural e recíproco. O PC Boliviano preferiu capitular do acordo com Cuba e seguir a via institucional, deixando assim vulnerável e sem apoio um dos maiores líderes revolucionários da América Latina.

Guevara fica então, para nós, como a grande expressão do movimento guerrilheiro como uma máquina de guerra contra o Estado, e associamos suas conjecturas sobre “el hombre nuevo” com a figura do homem nômade, aquele que não se fixa, aquele cujo desejo não investe o estrato, não se fixa ao poder, e mantém-se na

potência de seu movimento, de seu fluxo e de seu devir, como coluna móvel contra as estratificações e as capturas do poder e dos estratos.

O deslocamento territorial, ou o nomadismo, é fator que merece atenção para as escolhas políticas dos líderes guerrilheiros. Não só Che Guevara se sensibilizou com a tragédia latinoamericana em sua jornada nos “Diários da Motocicleta”, como também Carlos Marighella teve certeza pela luta armada guerrilheira quando viajou a Cuba para participar do encontro da Organização Latinoamericana de Solidariedade - OLAS, quando pôde deixar mais de trinta anos de militância no PCB, na instituição-partido, e ser criador de outro agenciamento, com outra organização, atuação e concepção, a instituição-guerrilha urbana (MAGALHÃES, 2012). Carlos Lamarca, o capitão da guerrilha, também teve em suas viagens o seu momento de sensibilização política contra a exploração do Estado capitalista. Ao estar em campanha militar no Canal de Suez sensibilizou-se com a exploração social e decidiu posicionar-se ao lado das minorias oprimidas e não mais ao lado dos opressores e do Estado (JOSÉ & MIRANDA, 1980). Podemos hipotetizar que o deslocamento territorial, o trânsito entre territórios e culturas, a viagem, constitui-se como momento com um potencial de desterritorialização que pode gerar afecções aos sujeitos. Ao se depararem com a diferença de outras práticas e vivências, eles desterritorializam-se dos estratos instituídos prévios e passam por processos de elaboração de novas experiências, reflexões, afetos e sentidos; podem passar por um processo de transformação que leva a novos modos de subjetivação. Guevara como estudante de medicina, Marighella como dirigente do PCB e Lamarca como capitão do Exército acederam a outro plano de afecção e reflexão, em que puderam reavaliar e auto-analisar suas escolhas e práticas políticas e escolheram lançar-se na luta revolucionária ao tornarem-se combatentes de organizações guerrilheiras armadas.

É claro que o deslocamento territorial não é regra geral para a formação de uma subjetividade guerrilheira e revolucionária, mas consideramos que tais deslocamentos instauram um espaço potencial para produção de novos sentidos e mudanças subjetivas, em que tais atores redefiniram suas práticas e concepções políticas. E consideramos que este deslocamento subjetivo, que foi catalisado pelo deslocamento territorial, é o que constitui a experiência nômade, de ingresso num fluxo dinâmico, que pode alterar pensamentos, subjetividades, desejos e realidades.

A máquina de guerra abolicionista

A máquina de guerra também apresenta outra polaridade: ao entrar num processo de desterritorialização intensa, pode interromper seu processo de fluidez e acabar por traçar linhas abolicionistas, chegando à própria destruição (DELEUZE & GUATTARI, 1996). Consideramos que Carlos Marighella, no período de divulgação do manual do guerrilheiro urbano em 1969, no ano de sua morte, num momento pós Ato Institucional nº 5 e de extrema repressão, apresentava as características de uma máquina de guerra, mas também suicida, de linhas abolicionistas, que pregava o terrorismo e a violência extrema como última saída, pois era uma máquina de guerra que estava acossada pelo Estado e que adotou a cartada da abolição total como tarefa final. Marighella, antes de ser assassinado, afirmava que não seria mais preso e, inclusive, chegou a declarar guerra aos Estados Unidos numa emissão radiofônica (PAZ, 1996). Carlos Lamarca, o capitão da guerrilha, também afirmava categoricamente que não seria preso e nem partiria para o exílio, mas que lutaria até sua morte.

Mas exatamente quando a máquina de guerra não tem mais por objeto senão a guerra, quando ela substitui assim a mutação pela destruição, é que ela libera a carga mais catastrófica. A mutação não era absolutamente uma transformação da guerra; ao contrário, a guerra é que é como a queda ou a seqüela da mutação, o único objeto que resta à máquina de guerra quando ela perdeu sua potência de mudar (...) é somente o abominável resíduo da máquina de guerra (DELEUZE & GUATTARI, 1996:112).

Podemos citar outras ocorrências de constituição de uma máquina de guerra abolicionista em outros movimentos armados revolucionários, como no caso do movimento autônomo francês, na guerrilha alemã Baader-Meinhof e do Rengo Sekigun (Exército Vermelho Unificado – Japão). No caso francês, “o que se desmorona é o modelo político dos autônomos. Pode-se observar três tipos de atitudes: a radicalização na luta armada e o grande bandoleirismo, o excesso estratégico e a deriva toxicômana” (SCHIFRES, 2004 *apud* SOMMIER, 2009: 51). A organização guerrilheira alemã Fração do Exército Vermelho Baader-Meinhof também padeceu das linhas abolicionistas da máquina de guerra. Acuada e perseguida, passou a praticar atos armados subversivos de extrema violência frente a representantes do Governo e de grandes empresas, e dois dos seus líderes, quando presos, refluíram para o esvaziamento da morte, adotando práticas suicidas. O caso japonês, mesmo sendo uma cultura muito distinta da ocidental, atualizou o funcionamento da mesma máquina de guerra

abolicionista de forma ainda mais extrema, chocando pelo abolicionismo praticamente total efetuado:

Antes de cometer en diciembre su primer asesinato político contra la mujer de un policía, el grupo liquidó a dos de sus militantes, que querían dejarlo, según un modo de funcionamiento sectario que ya prefiguraba los acontecimientos del invierno de 1971-1972. En efecto, durante ese invierno se retira a las montañas e instituye una purga interna para medir el grado de fidelidad a la causa, mediante la tortura y las sesiones de autocrítica: 14 de los 24 militantes presentes pierden su vida en circunstancias particularmente penosas. Cuando la policía asalta el chalet Asama el 28 de febrero y descubre el macabro espectáculo, la opinión pública se horroriza (SOMMIER, 2009: 90).

Considerações finais

Compreendemos que a instituição-guerrilha foi o dispositivo que materializou e veiculou o imaginário da transformação social em períodos de extrema opressão, sendo porta-voz e protagonista da mudança, da transformação nas lutas pela libertação do país contra a ditadura militar, numa prática de não submissão e transgressão do instituído. Ao portar a tentativa de transformação social, aproximou-se do projeto da autonomia, que é instituinte frente à heteronomia social instituída. As organizações guerrilheiras tornaram-se assim o elemento portador do imaginário da transformação social contra a dura realidade da ditadura militar; suas ações se ligaram a símbolos e devires que se conectaram e tentaram construir outra realidade, numa utopia ativa. Portanto, foi o imaginário da transformação o que moveu a guerrilha para sua luta, foi o que fez entrar em ebulição o desejo do coletivo de guerrilheiros contra os bloqueios do Estado de exceção, o que impulsionou seu movimento e o que a fez viver as vicissitudes de uma vida clandestina contra o Estado militar. A guerrilha portou o movimento, a mudança, o contrário da conformidade estática e paralisante do Estado da ditadura militar. Ou seja, a partir de Deleuze (1994), podemos dizer que a guerrilha, por carregar o imaginário de transformação social, portou um devir-revolucionário, mais do que o futuro da revolução em si.

No entanto, ao mesmo tempo em que consideramos que a instituição-guerrilha adquire um potencial transformador, ao encarnar o imaginário da transformação social, ela pode se estratificar em linhas rígidas, em conformidade com o agenciamento da forma-guerrilha, ou então adquirir linhas próximas da instituição-partido, podendo tornar-se um protótipo de Estado totalitário, ou mesmo um mini-Estado, regida por outro *nomos* em relação ao Estado “oficial”.

Dessa forma, pensar a guerrilha como máquina de guerra é trazer à tona tanto seus aspectos instituintes, de novidade, de desterritorialização e de transmutação, como também os processos de captura e seu potencial de abolição, que pode chegar a conformar as linhas de uma máquina de guerra abolicionista, de abolicionismo total, sem retorno.

Referências

- BAREMBLITT, Gregório Franklin. *Compêndio de Análise Institucional*. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002.
- BASTÍAS, Juan. A propósito del MIR chileno. Un intento de Psicología partidaria – Representaciones sociales y subsistemas ideológicos, como factores de inhibición en la crítica de los militantes. In: D'adamo, Orlando; Beaudoux, Virginia G. & Montero, Maritza (comps) *Psicología de la acción política*. Buenos Aires: Paidós, 1995.
- CASTAÑEDA, Jorge G. *La utopía desarmada – Intrigas, dilemas y promesa de la izquierda en América Latina*. Barcelona: Ariel, 1995.
- CASTAÑEDA, Jorge G. *Che Guevara: a vida em vermelho*. São Paulo: Cia das letras, 2006.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- DEBRAY, Régis. *¿Revolución en la Revolución?* Lima: Ediciones de cultura general, 1967.
- DEBRAY, Régis. *La Guérilla du Che*. Paris: Seuil, 1974.
- DELEUZE, Gilles. *O Abecedário de Deleuze*. Vídeo, 1994.
- DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*, Vol. 3. São Paulo: 34, 1996.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*, Vol. 5. São Paulo: 34, 1997.
- DUMÉZIL, Georges. *El Destino del Guerrero: Aspectos míticos de la función guerrera entre los indoeuropeos*. México, DF: Siglo Veintiuno Editores, 1971.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática. 5ª Edição, revista, ampliada e atualizada, 1998.
- GUATTARI, Félix. *Revolução Molecular*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- GUEVARA, Ernesto (1960) *La guerra de guerrillas*. Edición electrónica: Granma Internacional / Biblioteca de Textos Marxistas, 2000. Disponível em <<http://www.alternativabolivariana.org/pdf/che.pdf>>. Acesso em 08/04/2009.

- HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viramundo, 2003.
- HUR, Domenico Uhng. *Discursos do trânsito da guerrilha ao estado neoliberal: estrategopolítica, tecnopolítica e nomadopolítica*. Tese de Doutorado. Psicologia Social. Instituto de Psicologia da USP, 2009.
- LAZZARATO, Maurizio. *Políticas del acontecimiento*. Buenos Aires, Argentina: Tinta Limón ediciones, 2006.
- JOSÉ, Emiliano & MIRANDA, Oldack. *Lamarca, o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global Editora, 1980.
- LIMA, Edileuza Pimenta de. *Trabalhador: arme-se e liberte-se: A Ação Libertadora Nacional (ALN) e a resistência operária pela luta guerrilheira*. Monografia, CCH-Unirio, Rio de Janeiro, 2007.
- MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MARIGHELLA, Carlos (1969) Manual do Guerrilheiro Urbano. Digitalizado em 2003. Disponível em http://www.4shared.com/get/18572425/a30e7775/Marighella_Carlos_-_Manual_de_Guerrilha.html. Acesso em 29/03/2009.
- MICHEL, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Ed. UNB, 1982.
- MIR, Luís. *A Revolução impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Best Seller, 1994.
- PAGONI, Tania. Che en el África. *Liberazione*, Roma. 21 de agosto 1992.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia & ESCOSSIA, Liliana (orgs). *Pistas do método da cartografia*. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada: memórias romanceadas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- PÉCAUT, Daniel. *As FARC - Uma guerrilha sem fins?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- PEDROSO JR, Antonio. *Márcio, o guerrilheiro*. São Paulo: Papel & Virtual, 2003.
- PEREYRA, Daniel. *Del Moncada a Chiapas: Historia de la lucha armada en América Latina*. Madrid: Los libros de la catarata, 3ª edición, 1997.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- SCHIFRES, Sebastien. *La mouvance autonome en France de 1976 à 1984*, Tese de mestrado, Universidad Paris X, 2004.
- SOMMIER, Isabelle. *La violencia revolucionaria*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2009.

Domenico Uhng Hur

Prof. Adjunto II do curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás.
Psicólogo, mestre e doutor em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da USP,
com estágio doutoral na Universitat Autònoma de Barcelona/Catalunya.
Membro do CRISE – Núcleo de Estudos e Pesquisas *Crítica, Insurgência, Subjetividade
e Emancipação*.

E-mail: domenicohur@hotmail.com

¹ Pesquisa financiada pelo CNPq e pela CAPES.

² Compreendemos esquerda e direita política como categorias problemáticas: dividir a discussão entre esses dois pólos pode mais obscurecer do que clarificar o debate. Contudo, por esquerda entende-se “o conceito referencial de movimentos e idéias endereçados ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas. Os diferentes graus, caminhos e formas dessa transformação social pluralizam a esquerda e fazem dela um espectro de cores e matizes” (GORENDER, 1998: 11).

³ O famoso episódio das cadernetas de Prestes contribuiu para isso. Devido a um descuido do secretário-geral do PCB, a polícia encontrou em sua residência 54 pastas de documentos e 20 cadernetas de informações, material que contribuiu para a polícia ter acesso a informações de práticas confidenciais e identificar os componentes do Partido (GORENDER, 1998: 94).

⁴ Ressaltamos que havia muitas organizações guerrilheiras com o pensamento de vanguarda que desejavam que as massas as seguissem, reproduzindo assim um funcionamento “transcendental” de partido; como também havia aquelas que tinham um alto grau de hierarquização e burocracia interna.